

Unidade dos cristãos e sinodalidade

Editorial

Elias Wolff ^a

Marcial Maçaneiro ^b

Waldir Souza ^c

Com a publicação do presente número da Revista *Pistis & Praxis*, com seu dossiê temático, queremos expressar nossa adesão e contribuição ao processo sinodal, dando voz à interlocução ecumênica. Como diz o *Vademécum para o Sínodo*: “O Processo Sinodal é também uma oportunidade para aprofundar o caminho ecumênico com as outras confissões cristãs, bem como o nosso diálogo com outras tradições de fé” (n. 2.4, item 5).

Com séculos de história, tanto os sínodos quanto a busca da unidade cristã se caracterizam como *caminho*, *via* ou *itinerário*. Não apenas como figura ilustrativa, mas como efetivo paradigma das relações e dos métodos, num percurso de encontro, conversão e seguimento a Cristo, sob a luz do Espírito Santo. Desde o chamado de Abraão, passando pelo êxodo do Povo eleito, até as viagens missionárias da comunidade apostólica, a Igreja tem se realizado como *povo peregrino*, em sentido histórico, martirial e escatológico. O caráter peregrinante da Igreja se concretiza no percurso teológico de cada cristão e cristã, com suas comunidades, na comunhão plural de todos e todas no único Senhor, professado como “caminho, verdade e vida” (Jo 14,6).

Por outro lado, devemos admitir que o caminho (*dérek*, em hebraico; *hódos*, em grego) tem sido detalhado e tematizado mais como paradigma da Espiritualidade e do Discipulado, do que da Eclesiologia propriamente dita. Ainda que seja um referencial bíblico e missionário de forte inspiração, o *caminho* tem sido, muitas vezes, suplantado pelo *templo* – em termos de organização, culto, ministérios e atividade pastoral da Igreja, sobretudo em suas formas habituais. Justamente por isso, o *caminho* tomado como título cristológico e paradigma da Igreja merece atenção, com intencionalidade programática, como expresso pelo magistério recente de Papa Francisco, na esteira de Paulo VI: “O caminho da sinodalidade é o caminho que Deus espera da Igreja do Terceiro Milênio” enquanto “dimensão

^a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Doutor em Teologia, e-mail: elias.wolff@pucpr.br

^b Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Doutor em Teologia, e-mail: marcialscj@gmail.com

^c Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Doutor em Teologia, e-mail: waldir.souza@pucpr.br

constitutiva da Igreja” (*Discurso*, 17/10/2015). E como se dá o processo sinodal? – A *Comissão Teológica Internacional* nos responde ao ressoar os verbos destacados por Papa Francisco: caminhar, servir, escutar, dialogar, discernir, celebrar e testemunhar juntos, em *parresía* (destemor) e *koinonía* (comunhão) – como lemos no documento sobre a *Sinodalidade na vida e na missão da Igreja* (2018). Estes verbos põem em ato o sínodo, ou melhor, a sinodalidade.

O paradigma do *caminho*, assim compreendido, redimensiona inclusive o templo, que tem seu lugar como uma *estação* a serviço do Povo de Deus peregrino – à semelhança da tenda do Encontro (Êx 33,7) e da pousada de Emaús (Lc 24,29) – por onde o Povo passou, nutriu-se e voltou a caminhar. De fato, a compreensão teológica de Templo não se refere à casa (*domus*), mas à comunidade reunida (*ecclesia*) onde Deus habita e, por isso, definida coerentemente como Morada do Espírito Santo (cf. *Lumen gentium* n. 4). Esta é a Igreja-Templo em que Deus habita: o Povo da aliança, peregrino, messiânico e escatológico, a caminho do Reino definitivo (cf. *Lumen gentium*, n. 9). Neste sentido, a Igreja se realiza simultaneamente como Povo de Deus, Corpo de Cristo e Templo do Espírito, testemunhando o Reino de Deus “*in via*” pela trilha das bem-aventuranças.

Mirando a prática eclesial, dimensionar a Igreja pelo *caminho* – como paradigma efetivo de comunhão, participação e missão – torna-se o desafio estratégico de todas as outras demandas de conversão pastoral. Incluindo aqui a promoção da plena unidade dos cristãos, à qual o Evangelho, a caridade e o Espírito já apontam! Afinal, na via da unidade não partimos do zero, tampouco das divisões; partimos da fé comum em Jesus Cristo, do Evangelho que testemunhamos, do Espírito que nos convoca, do Batismo que nos vincula e, acima de tudo, do *amor* que nos abriga como imperativo da verdade e da liberdade do Evangelho. O Senhor mesmo disse que “nisto todos reconhecerão que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros” (Jo 13,35).

Os artigos que compõem o dossiê do presente número da *Pistis & Praxis* contribuem para o aprofundamento dos estudos sobre a sinodalidade eclesial e sua dimensão ecumênica. Rodrigo Favero Celeste e Luiz Alexandre Solano Rossi refletem sobre “O nome de Deus é misericórdia: a sinodalidade, a pastoral e a perspectiva da espera de Deus segundo a profecia da destruição em Jr 5, 18-25”, mostrando que “a ação pastoral a partir da noção da espera de Deus que se apresenta como disponibilidade para o crescimento na fraternidade a partir da misericórdia”. Anderson Costa Pereira, Carlos Fernando Silva Brito e Ney de Souza tratam sobre “O exercício sinodal do poder e da autoridade: diálogo filosófico-teológico entre Hannah Arendt e o Papa Francisco”, ajudando-nos a “explorar criativamente as similaridades teóricas entre seus pensamentos, a fim de contribuir com o debate teológico que explicita os movimentos de uma reforma eclesiológica em curso”. André Luiz Boccato Almeida aborda a relação entre “Sinodalidade e Teologia Moral”, uma reflexão ética sobre a consciência moral no contexto do magistério do Papa Francisco, certo de que “O processo sinodal, protagonizado criativamente pelo Papa Francisco, propicia uma escuta sincera, real e corajosa, na qual emergirá, pela consciência, o conteúdo a ser problematizado e analisado pelos teólogos moralistas”. Elias Wolff escreve sobre “A ecumenicidade do sínodo sobre sinodalidade: uma análise das sínteses do documento de trabalho”, afirmando a tese de que “sinodalidade e ecumenismo se exigem mutuamente, de modo que não há sinodalidade completa sem a comunhão na fé cristã com as diferentes igrejas”. Marcial Maçaneiro e Andrés Mauricio Quevedo Rodríguez apresentam “El diálogo ecuménico como promesa de sinodalidad a partir de la Conferencia de Aparecida”, afirmando que “a comunhão não se reduz aos acordos doutrinários, objeto do diálogo ecumênico teológico”. Inclui a disposição de caminhar juntos em três vias indicadas pelo Documento de Aparecida: “a formação, a participação e o encontro”. Assim, o diálogo ecumênico se realiza como “promessa sinodal de discernir e promover juntos novas formas de discipulado, missão e testemunho comum do Evangelho”. Victor Hugo Pereira Paiva e Felipe Sergio Koller refletem sobre “A sinodalidade em nível paroquial”, buscando “apontar caminhos para o amadurecimento sinodal de nossas comunidades, no que tange à relação entre ministros ordenados e leigos, aos organismos de participação e à celebração da liturgia”. Tiago de Fraga Gomes mostra “O caminho da Igreja: primado, colegialidade e sinodalidade”, certo de que “Uma Igreja toda sinodal nutre a consciência de que seus membros precisam andar juntos, assumindo o dinamismo da comunhão nas decisões e adaptando a ação pastoral à

missão atual da Igreja”; Wellington Teodoro da Silva *et al.* analisam “A assembleia do Povo de Deus e a Sinodalidade na Arquidiocese de Belo Horizonte”, apresentando o resultado das I e II Assembleias do Povo de Deus realizadas na Arquidiocese de Belo Horizonte nos anos 1996 e 2003. Rafael Martins Fernandes reflete sobre “*Fuga mundi* na relação entre igreja e mundo: aproximação teológica entre *dietrich bonhoeffer* e a *gaudium et spes*”, mostrando o “modo dialógico e servidor de existir das igrejas cristãs no mundo contemporâneo”, numa crítica a toda tendência de fugir dos compromissos do mundo por uma visão dualista entre as realidades temporais e a fé eclesial. Frank Usarski e Rodrigo Wolf Apolloni abordam o tema “Desvendando as relações da Igreja com o Judaísmo e o Islã: uma leitura em três níveis da declaração ‘*Nostra Aetate*’”, mostrando que o concílio Vaticano II colocou a Igreja Católica no caminho do diálogo com outras religiões e, além disso, analisam o documento que orienta esse diálogo pautado em três leituras: sua organização interna, sua coerência teológica e sua articulação com os demais documentos decorrentes do Concílio Vaticano II.

Na seção de fluxo contínuo, Nilo Agostini e Francisco Deusimar Andrade Albuquerque refletem sobre a “Opção preferencial pelos pobres, o princípio da subsidiariedade e igualdade complexa”, com uma abordagem diacrônica na qual examina “como – do período pós-conciliar às contribuições magisteriais do Papa Francisco – a opção preferencial pelos pobres passou a ser entendida como consequência da necessidade do encontro com o Cristo na face sofredora do pobre”. E Elizeu da Conceição escreve sobre “A ‘aldeia educativa’ como condição para uma vida saudável. Reflexões a partir do Pacto Educativo Global”, apontando “os desafios, novidades e perspectivas da ‘aldeia educativa’, especialmente em contexto Latino americano, com prioridade para a realidade brasileira”.

Esperamos que os estudos apresentados neste número da *Pistis & Praxis* contribuam para que os/as leitores/as possam ampliar e aprofundar a compreensão da natureza sinodal e ecumênica da igreja para os nossos tempos.